

O projeto de Deus na Amazônia

Claudio Perani*

A Internacionalização da Amazônia na Perspectiva Teológico-Pastoral

Introdução

É evidente que a internacionalização da Amazônia é um problema econômico-político, mas não somente. A Amazônia não é um lugar deserto, uma “terra sem homens! Como se dizia na época da ditadura; nem é prioritariamente uma região com uma natureza maravilhosa que deve ser conservada, como ainda hoje é pensamento de muitos. A Amazônia é uma região habitada, faz milhares de anos, por povos muito dizimados pelas várias “internacionalizações” que se sucederam ao longo de sua história.

O povo, hoje, neste território deve estar no centro de qualquer iniciativa. Por isso o projeto de internacionalização deve ser eminentemente humano e, conseqüentemente, teológico. Deve se confrontar com o “projeto de Deus”.

Não se trata de induzir a partir do plano econômico o que deve ser feito em favor do povo amazônida, nem simplesmente deduzir teoricamente da Palavra de Deus o caminho melhor para a Amazônia. Trata-se de confrontar os dois projetos, o da “internacionalização política” e o “projeto de Deus”; deixar que a Palavra de Deus seja aprofundada e melhor entendida para o nosso trabalho evangelizador na conjuntura atual e, no mesmo tempo, aceitar que o processo econômico-político se deixe questionar e iluminar a partir das exigências da revelação para que seja plenamente humano.

Em primeiro lugar, temos a necessidade de um sério discernimento, particularmente na conjuntura atual bastante confusa, quando não sempre se apresentam as verdadeiras razões, menos ainda os verdadeiros objetivos de uma política, e quando, ao contrário, se apela para justificativas aparentemente muito “científicas”, na prática completamente “ideológicas”. O teólogo José Comblin afirma muitas vezes justificados com discursos que mantêm o poder do conhecimento científico – importante e necessário, mas não único – para alcançar outros objetivos não declarados ou, simplesmente, ignorando a contribuição da sabedoria popular igualmente importante para um desenvolvimento humano.

*Padre jesuíta, ex-coordenador do CEAS (Centro Estudos de Ação Social).

É bom lembrar que, na história da Amazônia, sempre houve projetos de internacionalização, realizados ou não, e que, hoje, já existe uma efetiva internacionalização, quando constatamos que 1.300.000km² do território são entregues à exploração de empresas internacionais. Mas, ainda, o atual surto de internacionalização acontece num momento de auge do imperialismo americano, sem dúvida, interessado na riqueza da Amazônia. Pelo Plano Colômbia, o governo norte-americano, com a desculpa do controle do narcotráfico, entregou ao exército colombiano a primeira parcela do maior arsenal de armas e instrutores militares visto no continente. Tudo isso deve ser considerado quando se trata de discernir os novos projetos de internacionalização da Amazônia.

Perspectivas Teológicas¹

1. A Internacionalização e o Universalismo Bíblico

Sabemos que a história bíblica e o projeto de Deus são eminentemente universais. A salvação é oferecida a todos os homens e a todas as mulheres. No Antigo Testamento a escolha de um povo e, na tradição deste, a constituição do “resto de Israel” são em função da humanidade toda. Trata-se de superar a barreira do nacionalismo, do local, do particular, para abrir-se ao universal. No Novo Testamento São Paulo força esta abertura, lutando para expandir a pregação evangélica a todos os pagãos, quer dizer às nações estrangeiras. Ele nos lembra o projeto de Deus: “levar a história à sua plenitude, reunindo o universo inteiro, tanto as coisas celestes como as terrestres, sob uma só cabeça, Cristo” (Ef. 1,10).

Nesse sentido, a internacionalização parece corresponder plenamente ao projeto de Deus. Ela consiste num processo de universalização para proteger a riqueza da Amazônia e colocá-la a serviço da humanidade inteira. Hoje sabemos que

¹ Esta parte inspira-se no artigo de Alain Durand, “A Bíblia ensina: o mal da globalização se chama neoliberalismo”, in caderno do CEAS, N.190, pg.57-70.

a noção de direitos fundamentais leva a reconhecer que a sociedade na qual eles são reconhecidos não pode fechar-se sobre si mesma. Isso significa que bens fundamentais para o desenvolvimento da humanidade não podem ser propriedade particular de um povo. No caso do Brasil e da Amazônia, intensificando-se as relações entre os homens que povoam um único e mesmo espaço, a terra, será sempre mais necessário pensar numa espécie de socialização universal que, na medida em que valoriza e desenvolve a situação de vida dos habitantes locais, está também a serviço do bem-estar da totalidade. Isso é certamente, conforme à universalização bíblica.

Acontece que esta abertura, como aparece claramente na Bíblia, está em função da salvação, da libertação de toda escravidão e tem sentido somente nesta perspectiva. Ora, na

história concreta da humanidade assistimos a processos de universalização que podem levar a uma situação de solidariedade ou, ao contrário, de dominação.

É inegável que a internacionalização da Amazônia se insere num processo de mundialização, de universalização. Parece estar de acordo com o plano de Deus, pelo menos, não contradizê-lo. O problema é saber se trata-se de uma internacionalização ou de uma dominação.

Deve-se salvar o povo e respeitar a natureza da Amazônia e, para isso, todos os meios tecnológicos modernos podem servir. Mas o problema é saber em que contexto se coloca este projeto, quais são seus verdadeiros objetivos. Dá para desconfiar, pois a internacionalização faz parte de uma política mais ampla de globalização neoliberal que tem como resultado a exclusão da maioria da população e não a libertação de todos. Podemos simplesmente lembrar afirmações de políticos e de economistas dos Estados Unidos, pessoas insuspeitas, para ter uma visão mais realista do processo. Segundo Kissinger, “o que se chama de globalização, hoje, é, na verdade, outro nome para a posição dominante dos Estados Unidos”. E, nas palavras do economista Galbraith, “a globalização não é um conceito sério – nós, os americanos, inventamos esse conceito para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países”.

A perspectiva teológica, então, questiona o projeto de internacionalização, como se apresenta hoje, revelando o aspecto de dominação condenado pela Palavra de Deus.

2. A pessoa como sujeito histórico

Outra afirmação muito clara presente na Bíblia é a centralidade da pessoa humana, sua liberdade, sua responsabilidade. Desde o início da criação Deus entrega à responsabilidade. Desde o início da criação Deus entrega a responsabilidade de Adão e Eva toda a sua obra. Deus cria o homem livre e é o primeiro a respeitar sua liberdade. Ele não é simples objeto da Aliança e da misericórdia, Deus, mas parceiros sujeito que tem sua responsabilidade na construção do Reino.

Isso aparece com grande clareza na missão de Jesus Cristo preocupado em reintegrar em sua liberdade todos os excluídos da época. A realidade humana de cada pessoa, particularmente dos marginalizados, acima de toda lei, também das rígidas leis do mercado.

No caso da internacionalização da Amazônia as perguntas que se colocam são as seguintes: como se elaborou o projeto? Quem decidiu? O povo amazônico, o mais interessado, participou da elaboração e das decisões?

Se os habitantes da Amazônia, através de seus representantes mais intelectuais, mas também através da colaboração de setores mais populares com sua experiência e sabedoria, não estão presentes desde o início da elaboração do projeto e com poder decisório, podemos facilmente deduzir que ficarão sempre por fora e os resultados não beneficiarão o povo da região.

Não vale dizer que não temos capacidade e preparo, pois a experiência dos últimos anos mostraram que os projetos elaborados por moradores da Amazônia totalmente integrados na floresta e nas águas, que conseguem seu desenvolvimento sustentado, marginalizar homens e mulheres.

Sabemos muito bem que aqueles que deveriam ser os atores principais estavam e estão alheios à elaboração do projeto de internacionalização, menos ainda, têm poder de decisão. Tais projetos são elaborados nos centros de poder, onde o próprio governo brasileiro não é muito ouvido. Mesmo que se trate de decisões tomadas em nível da ONU, embora aí sejam afirmada a igualdade entre os grande e os pequenos, a organização possui um executivo que reserva cinco cadeiras permanentes para as grandes potências, cada uma delas detendo o poder de veto.

Vemos, então, com clareza que a perspectiva bíblica vai numa direção bem diferente da atual internacionalização: a primeira favorece os pequenos, a segunda privilegia os grandes.

3. Prioridade aos pobres

A História da Salvação começa com o projeto de Deus para libertar os israelitas escravos do Egito, quer dizer, para subtraí-los a um dos imperialismos da época. Toda Bíblia procura nos apresentara imagem de um Deus que está do lado dos injustiçados, tomando partido dos pequenos, dos fracos, dos explorados e oprimidos nas diferentes situações de cada época.

Quando chega Jesus Cristo, tal perspectiva torna-se ainda mais clara e concreta. Ele afirma explicitamente que veio “para anunciar a Boa Nova aos pobres” e sua prática mostra sem nenhum equívoco suas preferências. Daí em diante a salvação, ou libertação, que é oferecida a todos, passa necessariamente pelos pobres. O caminho para reconhecer qual a relação que se tem com Deus e, de consequência, qual o verdadeiro humanismo de um plano econômico-político é a relação com os pobres, quer dizer, a capacidade de reconhecer e valorizar os preferidos de Deus.

E os pobres, por esta escolha de Deus na realização da história da salvação universal, tornaram-se o coração do sujeito universal: sem o protagonismo deles não é possível falar de uma autêntica universalização.

A Igreja na América Latina reconheceu muito bem isso, quando em Medellin ouviu os gritos dos pobres e decidiu priorizá-los em sua pastoral.

A partir da opção pelos pobres, devemos avaliar também o projeto da internacionalização da Amazônia. Nesta região, os excluídos estão aumentando: os ribeirinhos sem peixe; os moradores da cidade sem terreno e sem água; os migrantes sem trabalho; os indígenas ainda lutando por suas terras e, mais em geral, a grande massa do povo que não vê respeitado seus direitos mais fundamentais. Tudo isso como consequência do atual modelo econômico-político, chamado de neoliberal.

Inserida neste contexto, a internacionalização será mais um instrumento de concentração da riqueza e só poderá aumentar a exclusão do povo amazônida, aumentar o número dos pobres e as desigualdades existentes entre os povos, entrando em profunda contradição com a finalidade do projeto de Deus.

Perspectivas Pastorais

São consequência da visão teológica acima apresentada. Deve haver uma coerência entre as afirmações teológico-proféticas da Igreja e sua pastoral.

É necessário manter sempre uma visão crítica dos acontecimentos, sabendo denunciar com clareza todo plano que vai contra o projeto de Deus. Devemos confessar que, neste aspecto, apesar dos famosos e importantes documentos de Santarém (1972) e de Manaus (1997) dos Regionais da CNBB Norte 1 e 2, a Igreja do Norte é ainda muito tímida, sofrendo sempre a tentação de uma excessiva confiança nos programas econômico-políticos dos governos.

Reconhecendo a importância de um posicionamento de denúncia, prefiro, nestas breves linhas, considerar o trabalho eclesial em seu aspecto mais interno, que deve, evidentemente, estar aberto a toda problemática humana em todos os níveis.

1. Uma Igreja mais autônoma

A Igreja, entidade internacional, desde sua primeira presença na época da colonização, sempre sofreu dependência de decisões tomadas fora da região amazônica. Particularmente as Congregações Religiosas, com suas estruturas centralizadas e seus meios humanos e materiais abundantes, intervieram com uma pastoral bastante “pesada” e inspirada em modelos europeus. Evidentemente, este tipo de evangelização dificultou o crescimento de uma igreja local mais autônoma e inculturada. Não se trata de emitir, hoje, um julgamento sobre esta orientação que, talvez tenha sido inevitável e necessária e que não deixou de produzir seus frutos. Trata-se de perceber a necessidade de uma mudança que corresponda mais, de um lado, aos novos desafios da conjuntura e, de outro, à maturidade da Igreja atual e às exigências da nova evangelização.

Neste sentido, devemos favorecer uma igreja mais autônoma e mais local. Isso significa, em primeiro lugar, não se contentar com uma visão global da realidade, necessária e verdadeira, mas parcial. Devemos entrar mais no espaço onde circula o povo amazônico, nos interiores e nas periferias urbanas, conhecer mais seu cotidiano, suas micros-resistências e micros-liberdades. Devemos escutar mais e descobrir a sabedoria e os valores do habitante desta região, condição necessária para ele poder ter maior presença na condução da igreja local. Sem este reconhecimento do “local” e do “cotidiano” toda globalização ou internacionalização só poderá ter um aspecto perverso.

Este é também o caminho da enculturação, tão exigida hoje pelos documentos eclesiais. Afirma o Documento de Manaus: “Nossas Igrejas estão buscando seu rosto amazônico. Por isso precisam aprofundar a enculturação da fé nas culturas locais da região” (n.40).

Em segundo lugar, é necessário renunciar à estruturas pesadas, para favorecer estruturas mais leves e simples que possam ser assumidas e geridas pelos locais. O Documento de Manaus é muito claro: “Há quase trinta anos, os bispos da América Latina, reunidos em Medellín, propunham que, em todo o continente, se apresentasse cada vez mais o rosto de uma Igreja missionária, pobre e pascal, despojada dos meios de poder e que fosse lugar de comunhão aberta a toda a humanidade” (n.20). A perspectiva evangélica nos indica que o despojamento dos meios de poder é condição para uma verdadeira abertura, para a internacionalização.

2. Uma Igreja dos pobres

O Papa, em sua mensagem no início do ano 2001, afirmava: “Devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como ‘em sua casa’. Não seria esse estilo a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino?” (Novo Milênio ineunte, 06.01.01). Devemos reconhecer que estamos ainda bastante longe deste ideal. Mas é o caminho que devemos percorrer para que a maioria do povo da Amazônia se sinta em sua casa dentro da Igreja e, com isso, seja ajudada se sentir em sua casa também nas cidades e nos interiores da região da qual tende a ser excluído.

Se na Igreja os pobres se sentirem sujeitos e não simples objetos da evangelização, é claro que será mais fácil, também nos processos econômicos e políticos assumirem suas responsabilidades e contribuir para uma nova sociedade que respeite a natureza e as pessoas. Colocar os pobres no centro das decisões pastorais significa combater a exclusão e, com isso, favorecer um verdadeiro desenvolvimento sustentável. São eles que podem questionar uma falsa internacionalização, pois as elites com maior facilidade são cooptadas pelo poder de fora. É o compromisso e a solidariedade com os pobres que torna Igreja desconfiada em relação ao processo de internacionalização.

Para que isso possa acontecer, é fundamental realizar a orientação do item anterior. Segundo Paulo Suess, “somente estruturas leves e simples farão os pobres se sentirem conosco em casa e capazes de assumir a evangelização como protagonista². Percebemos que o caminho para uma conversão da Igreja nesta direção é ainda muito comprido. Trata-se de nos adaptarmos ao ritmo da canoa e de nos despojarmos dos meios de poder, como quer o Evangelho e os documentos eclesiais nos lembram.

2. Uma pastoral “católica”

Afirmar, como fizemos até aqui, a importância do “local”, do “cotidiano”, da “leveza”, dos “pobres” como protagonistas, não significa um fechamento a dimensões mais amplas e universais. Nem um fechamento à ciência e à tecnologia. Ao contrário! É o caminho obrigatório para o verdadeiro universalismo.

A Igreja é “católica” e a pastoral deve ser católica. “Católico” significa geral, amplo, universal... Significa abertura para todas as dimensões do cosmos e da humanidade, para as diferentes culturas, para as verdades e os valores onde eles se encontrem. A pastoral não pode ser um território fechado, uma comunidade que cuida somente de seus membros, mas deve ser aberta para todos, superando os limites do próprio lugar, da Amazônia, do Brasil.

Será importante reformular a tecnologia da criação, para que ela se abra sempre mais à problemática ecológica. Se faz igualmente necessário, além de colocar no centro da nossa pastoral a figura do Jesus histórico, retomar a reflexão da cristologia cósmica. E, sobretudo, testemunhar a nota essencial da “catolicidade” que nos abre à totalidade mundial e nos coloca a serviço de todas as culturas e de todos os povos.

A internacionalização da Amazônia poderia oferecer uma ocasião favorável para a catolicidade da Igreja, mas não pode ser uma internacionalização.